

A *luta* dos engenheiros de São Paulo

Je
Jornal do Engenheiro

Deborah Moreira

Profissionais da Prefeitura da Capital realizam greve de 15 dias, suspensa no dia 11 de junho, mas mantêm mobilização e podem voltar a parar o trabalho. Com perdas salariais acumuladas de quase 50% desde 2007, eles reivindicam reajuste e plano de cargos e salários compatível com suas funções.

Páginas 4 e 5





É urgente que o Prefeito ouça os seus engenheiros

Eng. Murilo Celso
de Campos Pinheiro
Presidente

NUMA MOBILIZAÇÃO INÉDITA, os engenheiros e arquitetos da Prefeitura Municipal de São Paulo realizaram uma greve de 15 dias durante os quais assembleias diárias reforçaram a coesão das categorias e fortaleceram sua disposição de luta (*leia cobertura nas páginas 4 e 5*). Suspensa a paralisação no dia 11 último, o movimento continua tendo como pleito principal a recuperação das perdas salariais que já acumulam quase 50% desde 2007 e a abertura de uma discussão séria sobre o plano de cargos e salários desses profissionais.

Em resposta a essas demandas, a Prefeitura vem insistindo numa proposta de reestruturação que não repõe as perdas sequer em parte e não atende à necessidade básica de reconhecimento do trabalho especializado feito por engenheiros e arquitetos. Atividades essas essenciais à cidade e ao bem-estar da população, como análise de projetos e obras feitas no município, medidas relacionadas a segurança, preservação ambiental, limpeza e conservação, sem contar a atuação ligada ao planejamento.

A decisão de voltar ao trabalho foi tomada à luz da expectativa de retomada do diálogo com os gestores do município. Porém, para que tenhamos avanços de fato, é preciso que seja realmente um diálogo. O prefeito Fernando Haddad, que assumiu compromissos importantes com a categoria dos engenheiros durante a campanha eleitoral, precisa agora ouvir as suas reivindicações, e a administração deve buscar maneiras de atendê-las. Remuneração justa, condições de trabalho adequadas e reconhecimento profissional são itens básicos a se oferecer a quem se dedica a construir uma cidade melhor para todos. Esses servidores, que há um ano tentam estabelecer essa conversa, já demonstraram sua disposição de negociação e até de compreensão quanto a eventuais limitações orçamentárias existentes. No entanto, é preciso que uma proposta séria e consistente seja feita. Imaginar que um limite de 0,01% como reajuste seja aceitável equivale a desconsiderar as necessidades reais de quaisquer trabalhadores.

A Prefeitura da mais importante cidade brasileira tem a oportunidade de demonstrar que pretende fazer não só uma gestão correta em relação aos seus recursos humanos, mas também em benefício de toda a sociedade. Dotar o município de um quadro técnico capaz, estável e comprometido com os interesses da população trará certamente sucesso a esta gestão.

Remuneração justa,
condições de trabalho
adequadas e reconhecimento
profissional são itens
básicos a se oferecer a quem
se dedica a construir uma
cidade melhor para todos.

Acreditando que o bom senso leve a administração a compreender esse cenário, o SEESP e os engenheiros da Prefeitura de São Paulo estão confiantes na retomada das negociações com a disposição de se encontrar uma solução ao impasse atual.



JORNAL DO ENGENHEIRO — *Publicação quinzenal do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo*

Diretora responsável: Maria Célia Ribeiro Sapucahy. Conselho Editorial: Murilo Celso de Campos Pinheiro, João Carlos Gonçalves Bibbo, Celso Atienza, João Paulo Dutra, Henrique Monteiro Alves, Marcos Wanderley Ferreira, Carlos Alberto Guimarães Garcez, Fernando Palmezan Neto, Antonio Roberto Martins, Edilson Reis, Esdras Magalhães dos Santos Filho, Flávio José Albergaria de Oliveira Brizida, Álvaro Luiz Dias de Oliveira, Aristides Galvão, Celso Rodrigues, Cid Barbosa Lima Junior, Fabiane B. Ferraz, João Guilherme Vargas Netto, Luiz Fernando Napoleone, Newton Güenaga Filho, Osvaldo Passadore Junior, Renato Becker e Rubens Lansac Patrão Filho. Colaboração: Delegacias Sindicais. Editora: Rita Casaro. Editora assistente: Soraya Misleh. Repórteres e revisoras: Rita Casaro, Soraya Misleh, Lourdes Silva, Rosângela Ribeiro Gil e Deborah Moreira. Projeto gráfico: Maringoni. Diagramadores: Eiel Almeida e Francisco Fábio de Souza. Apoio à redação: Monique Alves. Sede: Rua Genebra, 25, Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01316-901 – Telefone: (11) 3113-2650 – Fax: (11) 3106-8829. E-mail: imprensa@seesp.org.br. Site: www.seesp.org.br. Tiragem: 31.000 exemplares. Fotolito e impressão: **ANATEC** PUBLICAÇÕES ESPECIALIZADAS





Qual o horizonte que sua empresa quer alcançar?

Divulgue seu produto ou serviço aos engenheiros do Estado de São Paulo.

Anuncie aqui!

(11) 99173-0651

(11) 3284-9880

Sua ART pode beneficiar o Sindicato dos Engenheiros. Ao preencher o formulário da ART, não esqueça de anotar o código 068 no campo "entidade de classe". Com isso, você destina 16% do valor para o SEESP. Fique atento: o campo não pode estar previamente preenchido.

Parcerias e a inovação na formação técnica e tecnológica

Alberto Issamu Honda

A FUNDAÇÃO Shunji Nishimura de Tecnologia (FSNT), localizada em Pompeia/SP, é o braço social do Grupo Jacto e desde 1980 tem direcionado seus esforços para a educação. Inicialmente, seu fundador, o imigrante japonês Shunji Nishimura, implantou um curso técnico em Agropecuária, procurando proporcionar aos alunos visão global da agricultura.

A partir de 2008, a FSNT buscou parceiros para formar profissionais nos níveis técnico e tecnológico para atender as demandas de mão de obra especializada em mecânica, eletroeletrônica e mecanização agrícola. O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai-SP), referência internacional nesses ensinos, foi o parceiro escolhido para a formação de mão de obra qualificada para as indústrias local e regional. Atualmente a Escola Senai Shunji Nishimura, localizada no campus da FSNT, oferece mais de 20 cursos, entre técnicos de mecânica e eletroeletrônica e de aprendizagem industrial nas áreas de usinagem, processos de transformação de polímeros e solda.

Em pouco mais de quatro anos foram preparados profissionais de diversas especializações que estão atuando em todo o Brasil.

Com o encerramento do curso técnico em Agropecuária, em 2009, buscou-se um curso inovador, que oferecesse alto nível de empregabilidade para os formandos. A importância da mecanização agrícola para alavancar a produtividade do setor e o uso do GPS para melhorar a gestão dos processos de mecanização levaram à escolha do novo curso superior de Tecnologia em Mecanização em Agricultura de Precisão. Em parceria com o Centro Paula Souza, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento do Es-

tado de São Paulo, iniciava-se em 2010 a primeira turma da Faculdade de Tecnologia de Pompeia (Fatec Shunji Nishimura). Empresas de produção agrícola, fabricantes de tratores e implementos, de softwares e de ferramentas para agricultura de precisão, além de cooperativas agrícolas, usinas de cana, concessionárias de tratores e implementos, companhias de agroquímicos e diversos outros segmentos do agronegócio se juntaram a esse projeto. Atualmente, cerca de 400 alunos de mais de 100 cidades de sete estados frequentam a Fatec, localizada no campus da FSNT, em Pompeia. Esse curso é único na América Latina, com similar em uma universidade estadual nos Estados Unidos. Mas a grande ênfase em mecanização agrícola o distingue em todo o mundo.

As experiências com as parcerias têm sido bastante positivas. Em pouco mais de quatro anos foram preparados profissionais em diversas especializações que estão atuando em empresas de todo o Brasil. Duas frases do fundador do Grupo Jacto e da FSNT, Shunji Nishimura, são constantemente lembradas e mostram-se sempre atuais: "É preciso, sempre, semear mais vida" e "Ninguém cresce sozinho". É pautada nessas perspectivas que a fundação segue sua trajetória, com o apoio de muitos parceiros para continuar crescendo.

Alberto Issamu Honda é engenheiro agrônomo formado pela Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Esalq-USP) em 1973 e superintendente da Fundação Shunji Nishimura de Tecnologia



COMPLEXO DE VIRALATAS
Acredite: ele segue vivo da silva. Aqui e em Miami

GREVE DOS SERVIDORES DA PREFEITURA

Deborah Moreira

FUNDAMENTAL E HISTÓRICA. Assim vem sendo definida a greve dos engenheiros e arquitetos da Prefeitura de São Paulo, passo fundamental para o fortalecimento dessas categorias. A luta unificada visa a valorização das carreiras e recuperação das perdas salariais – pelo índice INPC-IBGE, essas chegam a 49,46%, desde maio de 2007, data da última reestruturação no município.

A categoria decidiu em assembleia no dia 11 de junho, na sede do SEESP, na Capital, suspender a paralisação iniciada havia duas semanas, mas manter estado de greve. Nova assembleia está marcada para 26 do mesmo mês, quando serão avaliados possíveis avanços nas negociações. A Prefeitura disse que deve retomá-las a partir da segunda quinzena de junho para discutir carreira, condições de trabalho, concursos públicos, entre outras pendências.

No dia 10, o Executivo enviou à Câmara Municipal projeto de lei que define reestruturação das carreiras com remuneração a partir de subsídios concedidos para as categorias – o que, conforme os delegados sindicais do SEESP na Prefeitura, desconsidera as especificidades das diferentes atribuições profissionais, transformando todos os profissionais em analistas. De acordo com a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, a proposta “fará com que os salários iniciais dobrem de valor até 2016, enquanto os de fim de carreira chegarão a mais de R\$ 16.000,00”. Frederico Jun Okabayashi, delegado sindical do SEESP na Prefeitura, que trabalha no Departamento de Parques e Áreas Verdes (Depave), lembra que os vencimentos iniciais giram em torno de R\$ 1.900,00. Portanto, o dobro não chegará nem próximo do piso profissional das categorias, estipulado pela Lei 4.950-A/66 em nove salários mínimos vigentes no País para jornada de oito horas diárias – um dos itens da pauta de reivindicações e promessa de campanha da atual administração.

A arquiteta Ana Cristina Gieron, da Secretaria de Licenciamento, afirma que as reestruturações de cargos e salários

periódicas, em média a cada dez anos, são estratégia adotada pelas últimas gestões para achatar os rendimentos dos servidores. Ela lembra que em 1998, as duas categorias passaram à faixa conhecida por Quadro dos Profissionais do Desenvolvimento Urbano (QPDU), durante o Governo Celso Pitta. Em 2007, com o então prefeito Gilberto Kassab, a nomenclatura mudou para Especialista em Desenvolvimento Urbano (EDU). Ainda de acordo com a arquiteta, após constatar perdas na carreira, os servidores têm entrado com ações na Justiça do Trabalho e, em geral, depois de dez anos, obtêm ganho de causa. No entanto, quando uma parte considerável da categoria consegue reaver seus ganhos, o governo que está à frente da administração volta a propor uma nova reestruturação, com a finalidade de “repressar” os salários, impedindo a evolução para níveis superiores. “É o que acontece comigo há dez anos. Agora, em 2014, uma nova proposta vai me deixar quanto tempo sem evoluir?”, questiona.

Preferindo não se identificar, uma engenheira de 33 anos, da Secretaria de Infraestrutura Urbana, também está entre os profissionais que vivenciam esse processo. Seu salário-base é de R\$ 1.900,00. Com os adicionais atribuídos à carreira de servidor público, ela obtém um vencimento líquido de cerca de R\$ 3.500,00. “O PL é muito ruim, mal redigido. Ainda não sei o que é pior: se aderir à reestruturação ou permanecer como EDU, mas ficar estagnada na carreira, já que será extinta”, lamenta. Para Okabayashi, “não é possível ainda dar um parecer de todo o conjunto do PL. Mas já dá para afirmar que os aposentados perderão a paridade e em dez anos, vão ter perdas significativas”. Ele completou: “O PL vinha sendo discutido nas mesas de negociação sem termos conhecimento do texto. Agora, depois de muito tempo prometendo que o enviaria para nós, chega com algumas imprecisões e faltando página, como o anexo 5 que explica como será feita a mudança das carreiras atuais de EDU para analistas.”



Assembleia da categoria no dia 11 de junho, no auditório, mas manter estado de greve.

Enviado após intensa agenda de mobilização dos trabalhadores, o projeto de lei também cria novos degraus nas carreiras. Atualmente, a evolução dos servidores enquadrados como EDU ocorre a cada dois anos. Ela está dividida em S1, S2 até S13. De acordo com levantamento dos grupos técnicos de trabalho formados durante a greve – quatro ao todo –, é possível constatar que há um enorme vazio nos níveis intermediários (S6 e S7). Para ascender um degrau, é preciso acumular 360 horas de estudo em curso superior ou pós-graduação, não subsidiado pelo Estado. No final da carreira, está concentrada a maior parte das categorias (40%) – em S11, S12 e S13. “Na teoria, eles estariam aptos a se aposentar daqui a seis anos. Mas com a reestruturação proposta no PL, terão que permanecer mais tempo”, explica Sérgio Souza, também delegado sindical do SEESP na Prefeitura.

Luta no campo legislativo

Os servidores contam com o apoio de muitos parlamentares da cidade, que formarão um grupo de estudo na Comissão de Administração Pública da Câmara Municipal, atendendo sugestão do vereador Nelo Rodolfo (PMDB) e recomendação do presidente da Casa, José Américo (PT). Os integrantes do grupo devem ser definidos nos próximos dias.

CÂMARA DE SÃO PAULO *fortalece unidade*



do SEESP, na Capital, decide suspender paralisação,

Já o vereador David Soares (PSD) propôs uma emenda ao substitutivo do PL 688/13, o Plano Diretor da cidade, que estabelece que o Executivo deve “garantir os recursos e procedimentos necessários para a formação e manutenção dos quadros necessários no funcionalismo público, adequadamente remunerado, observados os mínimos estabelecidos em leis federais ou pelas respectivas Ordens ou Conselhos Profissionais de Classe”. Outra iniciativa que pode impactar diretamente na carreira dos servidores é o PL 13/2013, em tramitação no Senado, que inclui as carreiras públicas de engenheiro, arquiteto e agrônomo entre as classificadas como essenciais e exclusivas de Estado.

Paralisação dá trabalho

Durante os 15 dias de greve houve muita atividade, como reuniões, “rolezinhos” nos prédios públicos e na Câmara Municipal, pedágio na Avenida Paulista para esclarecer a população sobre os motivos da paralisação. Exceto sábados e domingos, todos os dias os servidores se encontraram. “Suspender a greve não significa que os grupos técnicos não voltarão a se reunir. Retornar ao trabalho não nos impede de nos encontrar pelo menos uma vez por semana, à noite”, esclareceu Carlos Hannickel, representante do SEESP, na assembleia de 11 de junho.

Sérgio Souza enfatizou que a mobilização continua. “Sem greve, eles não teriam se mexido. Agora, sabemos que estão efetivamente trabalhando no PL. Mas temos que ficar atentos para que não seja aprovado sem que possamos alterá-lo. Temos que manter a unidade para que o calendário de 2014, Copa e eleições, não represe nossos salários também agora. Queremos mudança neste ano”, afirmou.

De acordo com balanço do comando da greve, 60% dos 1.400 servidores ativos (metade deles engenheiros) aderiram ao movimento, que tem como principal reivindicação a mudança na Lei Salarial 13.303/02, que limita em 0,01% o reajuste anual dado pelo Executivo paulistano às categorias. O dispositivo que achata os salários está em discordância com o artigo 92 da Lei Orgânica do Município – a qual assegura proteção da remuneração contra os efeitos inflacionários, inclusive com a correção monetária dos pagamentos em atraso. Além desse pleito e do pagamento do piso da categoria, ainda consta da pauta de reivindicações dos servidores a fixação de 1º de maio como data-base. Outra questão que os trabalhadores querem discutir é a quantidade excessiva de pessoal terceirizado e comissionado que vem substituindo os concursados. Desde 2002, segundo Souza, foram transferidos cerca de 450 cargos que eram específicos para engenheiros e arquitetos a outras carreiras de nível superior.

Para Souza e demais envolvidos na mobilização, a grande vitória da categoria até o momento foi o ganho de consciência coletiva. “Os trabalhadores agora se reconhecem, veem que os demais colegas também atuam por um serviço público melhor. Antes ficávamos cada um na sua, sem somar. Hoje, contamos com essa força e com o apoio dos sindicatos, fundamental para guinada”, conclui. Maurílio Chiaretti, presidente do Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo (Sasp), concorda. Na sua opinião, apesar de a mobilização ainda não ter conquistado as reivindicações, já trouxe

“não um sopro de esperança, mas uma ventania”. “Nossa mensagem está chegando a outras administrações públicas que começam a se organizar para resgatar as profissões que estão sendo sucateadas”, declarou, durante a assembleia.

Histórico salarial das carreiras de engenharia e arquitetura da administração municipal

Lei nº 10.430 de 29/2/1988 – Governo Jânio Quadros

Quadro de pessoal é reorganizado. Engenharia e arquitetura passam a ter estruturas e salários semelhantes. Quantidade de profissionais: 386 arquitetos (+90 prov.), 1.091 engenheiros mais 26 agrônomos.

Lei nº 11.512 de 19/4/1994 – Governo Paulo Maluf (PP)

Cargos de nível superior, médio e básico passam a ser enquadrados como Quadro dos Profissionais do Desenvolvimento Urbano (QPDU), com atividades inerentes às áreas de desenvolvimento urbano. Geólogos, geógrafos, sociólogos, tecnólogos em construção civil, eletricidade e mecânica, entre outros, nos níveis QPD-13 o QPD-19.

Lei nº 12.568 de 20/2/1998 – Governo Celso Pitta (PP)

Carreiras de arquiteto, engenheiro e agrônomo são incluídas no QPDU, nos níveis QPD-20 a QPD-26. Quantidade de profissionais: 616 arquitetos (+69 prov.), 1.101 engenheiros (+94 prov.) e 80 engenheiros agrônomos (+16 prov.).

Lei nº 13.169 de 11/7/2001 – Governo Marta Suplicy (PT)

Reorganização parcial das estruturas organizacionais das Secretarias Municipais que especifica, cria e extingue cargos de provimento em duas comissões, altera as formas de provimento de cargos em comissão e dá outras providências. O artigo 61 permitiu que esses cargos, antes ocupados exclusivamente por engenheiros e arquitetos, pudessem também o ser por geólogos, tecnólogos em construção civil, em eletricidade ou em mecânica. Além disso, 500 cargos exclusivos de engenheiros e arquitetos foram alterados para “livre provimento”, podendo ser ocupados por outros profissionais de nível superior.

Lei Salarial 13.303 de 18/1/2002 – Governo Marta Suplicy (PT)

Possibilita reajuste de apenas 0,01% aos servidores municipais, em discordância com o artigo 92 da Lei Orgânica do Município.

Lei nº 14.591 de 13/11/2007 – Governo Gilberto Kassab (PSD)

Institui novo plano de carreiras dos servidores integrantes do QPDU (de nível superior) para Especialista em Desenvolvimento Urbano (EDU). A legislação equipara arquitetos, engenheiros, agrônomos, geógrafos, geólogos, sociólogos e tecnólogos em construção civil, eletricidade e mecânica. Todos passam a ter iguais salários e podem ocupar os mesmos cargos.

PL enviado à Câmara em 10/6/2014 – Governo Fernando Haddad (PT)

Ainda não atende as reivindicações.



Um brasileiro à frente do movimento sindical internacional

Soraya Misleh

PELA PRIMEIRA VEZ, a Confederação Sindical Internacional (CSI) será presidida por um latino-americano, o brasileiro João Felício. Ex-presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e seu atual secretário de relações internacionais, ele foi eleito por unanimidade no Conselho escolhido pelos 1.500 delegados de 161 países durante o III Congresso daquela entidade, em Berlim, capital da Alemanha. Sua posse se deu ao encerramento do evento, no dia 23 de maio. Com

Por que foi eleito um brasileiro para o comando da CSI?

A CSI tem um sistema de rodízio. A cada mandato, estatutariamente, o presidente é de um continente, esta vez seria a das Américas. Houve um debate tanto dentro da nossa central, como de outras brasileiras com a CSA, que é a nossa Confederação Sindical das Américas, de que o Brasil e a CUT deveriam pleitear esse cargo. A partir desse momento, começamos uma campanha mundial para que o presidente fosse um latino-americano do sul, até para abrir a possibilidade de se estabelecer uma relação melhor entre norte e sul, que, como organização mundial, nas suas instâncias de poder estivessem representados outros povos, culturas, continentes, e no congresso acabei sendo eleito por unanimidade. Eu acho que foi um enorme avanço, porque a CSI se consolida como a maior organização sindical mundial e se diversificou um pouco mais a representação. Como vices, temos a Maria Fernanda Carvalho Francisco, que é de Angola, país que também nunca teve um membro na direção nacional e o sueco Karl-Petter Thorwaldsson. Isso garante uma unidade interna maior, inclusive para que possamos solucionar e apresentar uma agenda que dê conta dos desafios mundiais que estamos vivendo hoje. Não consigo vislumbrar depois da Segunda Guerra Mundial um período tão difícil como esse. A maioria dos governos, sobretudo na Europa, estabelece aliança com o capital para reduzir direitos, fazendo reformas trabalhistas. O Brasil é um dos países onde isso não tem ocorrido. Há necessidade de uma organização sindical internacional cada vez mais ousada, mais unida internamente e preocupada em estabelecer

mandato até 2018, ele terá o desafio de tocar uma série de campanhas junto às mais de 300 centrais sindicais de diversas partes do mundo filiadas à organização, que representam juntas cerca de 180 milhões de trabalhadores – entre elas, além da CUT, as também brasileiras Força Sindical e União Geral dos Trabalhadores (UGT). Nesta entrevista ao **Jornal do Engenheiro**, Felício fala sobre as ações a que terá que fazer frente e o porquê de o País ter sido indicado para o comando da CSI.

ações concretas, envolver as suas filiadas em grandes mobilizações de massas. A única forma de nos contrapormos a essas reformas é construir um sindicalismo de luta, de massa, bastante expressivo e com representatividade, esse é um dos grandes desafios que temos. Aumentar o nosso poder de mobilização, articulação e pressão política é fundamental para quem quer construir um sindicalismo que dê conta das necessidades atuais.

Dentro das Américas, na sua opinião, a escolha do Brasil se deu também porque o País está melhor colocado ou tem maior potencial diante da crise internacional?

Tem a ver com a ousadia da CUT desde sua fundação, mas também com o momento político positivo que estamos vivendo hoje. O Brasil não é mais um espectador do mundo, é protagonista. Seu papel de destaque no cenário internacional acabou favorecendo as centrais brasileiras. As conquistas que tivemos nos últimos dez anos, como valorização do salário mínimo, participação política muito maior de movimentos sociais, negociação coletiva, aumento real para a maioria das categorias profissionais, galvanizaram interesse e admiração pelo movimento sindical brasileiro.

Quais ações concretas estão sendo pensadas por essa nova gestão?

Primeiro, vamos fazer uma grande campanha mundial junto a todas as centrais sindicais para aumentar a sua representação, no sentido de organizarmos grandes campanhas de abrangência internacional, de taxaço da riqueza, pelo trabalho decente. Outro desafio é ter um mundo com um projeto alternativo que

leve em consideração o meio ambiente, e desenvolvimento sustentável pressupõe também garantia de direitos. Questão ainda é aumentar o poder das mulheres nas organizações sindicais e ao mesmo tempo resolver um gravíssimo problema que existe na maioria dos países, em que elas exercem as mesmas funções que os homens, mas recebem salário menor. É necessário também promovermos formas criativas de participação da juventude na organização sindical. Além

Conquistas como valorização do salário mínimo e aumento real para a maioria das categorias garantiram papel de destaque do País.

disso, valorizar a democracia. Tem outra luta importante que é contra essa globalização nefasta, em que as grandes potências impõem seu projeto via tratados de livre comércio, influenciam governos. Queremos relações comerciais, mas também sociais, garantia de direitos, troca de experiências, senão não vamos construir um país justo e uma sociedade justa. Todas as campanhas da CSI têm que ser abraçadas pelo movimento sindical internacional, servir de referencial importante na luta política.

Qual a primeira iniciativa?

As duas campanhas imediatas são pela taxaço da riqueza e contra a realização da Copa no Qatar (em 2022), porque vemos que está tendo trabalho escravo nas obras.



Beatriz Arruda

João Felício: "O Brasil não é mais um espectador do mundo, é protagonista."

Cursos

CAMPINAS

Educação Continuada da Unicamp (Extcamp)

Site: www.extcamp.unicamp.br
E-mail: extensao@feq.unicamp.br
Telefone: (19) 3521-4133

Curso de extensão em engenharia ambiental. Constam do currículo dessa especialização, com 360 horas de carga total, disciplinas básicas de introdução à engenharia e química ambiental, inventário de emissões e tecnologias de controle da poluição do ar, de águas superficiais e subterrâneas, do solo e dos resíduos. As aulas serão na Faculdade de Engenharia Química (Avenida Albert Einstein, 550, Distrito de Barão Geraldo). Condições de pagamento: R\$ 11.400,00 a vista ou 16 parcelas de R\$ 712,50. Início previsto em 20 de setembro.

RIBEIRÃO PRETO

Pontifícia Universidade Católica (PUC)

Site: www.pospuc.com.br
E-mail: secretaria@pospuc.com.br
Telefones: (16) 3021-9222 / 3237-6472

Curso de especialização em higiene ocupacional. O objetivo dessa pós-graduação lato sensu é capacitar profissionais por meio de conhecimento técnico-científico e desenvolvimento de habilidade e novas atitudes, para planejar e executar programa de gestão de higiene ocupacional. A prevenção de acidentes e doenças do trabalho com a finalidade de preservação da vida e da promoção da saúde do trabalhador depende principalmente da capacidade da identificação desses agentes

ambientais. Com início previsto para agosto próximo, o curso terá duração de 24 meses (420 horas). Valores: matrícula de R\$ 200,00 e mensalidade de R\$ 500,00.

SÃO CAETANO DO SUL

Instituto Mauá de Tecnologia (IMT)

Site: www.maua.br
E-mail: posgraduacao@maua.br
Telefone: (11) 4239-3401, das 11h às 22h

Curso de pós-graduação em gerenciamento de canteiro de obras. O setor de construção civil vem se destacando como um dos importantes segmentos da economia nacional. A estrutura do curso pretende criar situações de simulação dos problemas reais que ocorrem na gestão de empreendimentos em seu local natural, o canteiro de obras. Carga total de 180 horas. Valor: 11 parcelas de R\$ 1.130,00. As aulas estão programadas para começar em março de 2015.

SÃO PAULO

Associação de Engenheiros Brasil - Alemanha (VDI-Brasil)

Site: www.vdibrasil.com
E-mail: eventos@vdibrasil.com.br
Telefone: (11) 5180-2316

Seminário de gerenciamento do tempo para engenheiros. A atividade, em 31 de julho, das 8h30 às 17h30, tem como objetivo apresentar uma metodologia prática para o uso correto do tempo. O evento será na Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha (Rua Verbo Divino, 1.488, 3º andar). Valor entre R\$ 325,00 e R\$ 650,00.

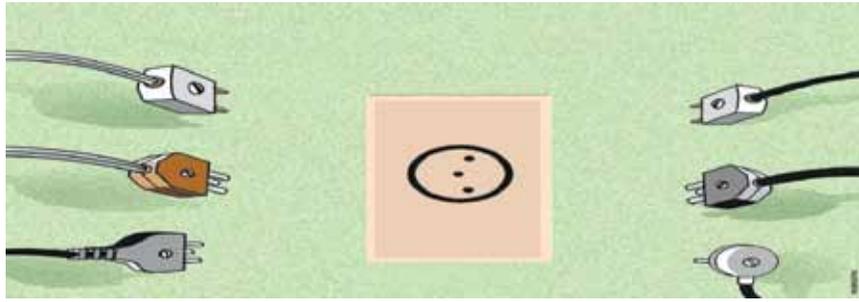
Encontro nacional discute instalações elétricas

NOS DIAS 26, 27 e 28 de agosto, será realizado o XV Encontro Nacional de Instalações Elétricas (Enie 2014) pela Aranda Editora, das 9h às 18h. A atividade compreende uma programação diversificada, abrangente e voltada para as necessidades concretas dos profissionais da área. São três dias de sessões técnicas com exposição de trabalhos, estudos de casos, tutoriais, orientação sobre as normas, painéis de debates, análise de novas tecnologias e soluções.

Segundo os organizadores, os pontos fortes do evento são desenvolver a área de negócios, criar novos modelos de parceria e apresentar inovações ao mercado.

Entre os temas em discussão estão instalações elétricas de baixa e média tensão, luminotécnica, aterramento e proteção contra descargas atmosféricas e sobreensões, compatibilidade eletromagnética, coexistência entre instalações elétricas e de sinal, compensação de reativos, geração distribuída, cogeração, grupos geradores, paralelismo, instalações de alto desempenho e segurança, como data centers, contact/call centers e hospitais e de energia eólica.

O encontro será realizado no Expo Center Norte, Pavilhão Branco, em São Paulo. Mais informações no link http://goo.gl/IJQ8ID.



DELEGACIAS DO SINDICATO - ALTA MOGIANA: Av. Mogiana, 1.885 - Ribeirão Preto - CEP: 14075-270 - Tels.: (16) 3628-1489 - 3969-1802 - E-mail: altamogiana@seesp.org.br. ALTO TIETÊ: R. Coronel Souza Franco, 720 - CEP: 08710-020 - Tel./fax: (11) 4796-2582 - E-mail: seesp.mogidascruzes@terra.com.br. ARAÇATUBA: R. Antônio Pavan, 75 - CEP: 16020-380 - Tel.: (18) 3622-8766 - E-mail: aracatuba@seesp.org.br. ARARAQUARA: R. São Bento, 700 - 10º and. - sala 103 - CEP: 14800-300 - Tel./Fax: (16) 3322-3109 - E-mail: araraquara@seesp.org.br. BAIXADA SANTISTA: Av. Senador Pinheiro Machado, 424 - Santos - CEP: 11075-000 - Tel./Fax: (13) 3239-2050 - E-mail: baixadasantista@seesp.org.br. BARRETOS: Av. Cinco, nº 1.145 - CEP 14783-091 - Telefones: (17) 3322-7189 - 3324-5805 - 3322-8958 - E-mails: barretos@seesp.org.br - seespbarretos@uol.com.br - seespbarretos@gmail.com. BAURUR: Rua Constituição, 8-71 - CEP: 17013-036 - Tel./Fax: (14) 3224-1970 - Página: seesp.org.br/bauru.html - E-mail: secretaria@seespbauru.org.br. BOTUCATU: R. Rangel Pestana, 639 - CEP: 18600-070 - Tel./Fax: (14) 3814-3590 - E-mail: botucatu@seesp.org.br. CAMPINAS: Av. Júlio Diniz, 605 - CEP: 13075-420 - Tels.: (19) 3368-0204 / 0205 / 0206 - E-mail: campinas@seesp.org.br. FRANCA: R. Voluntário Jaime de Aguiar Barbosa, 1.270 - CEP: 14403-365 - Tels.: (16) 3721-2079 - 3722-1827 - E-mail: franca@seesp.org.br. GRANDE ABC: R. Haddock Lobo, 15/19 - Santo André - CEP: 09040-340 - Tel.: (11) 4438-7452 - Fax: (11) 4438-0817 - E-mail: abc@seesp.org.br. GUARATINGUETÁ: R. Pedro Marcondes, 78 - sala 34 - CEP: 12500-340 - Tel./Fax: (12) 3122-3165 - E-mail: guaratingueta@seesp.org.br. JACAREÍ: Av. Pensilvânia, 531 - CEP: 12300-000 - Tel./Fax: (12) 3952-4840 - E-mail: jacarei@seesp.org.br. JUNDIAÍ: R. Prudente de Moraes, 596 - CEP: 13201-004 - Tel.: (11) 4522-2437 - E-mail: jundiaseesp@terra.com.br. LINS: Rua Rio Branco, 273 - Ed. Galeria Torre de Lins - 9º andar - Sala 94 - Centro - Lins/SP - CEP: 16400-085 - Tel.: (14) 3522-2119 - E-mail: seespplins@terra.com.br. MARÍLIA: R. Carlos Gomes, 312 - cj. 52 - CEP: 17501-000 - Tel./Fax: (14) 3422-2062 - E-mail: seespmar@uol.com.br. PINDAMONHANGABA: R. Dr. Rubião Junior, 192 - 3º andar - sala 32 - CEP: 12400-450 - Tel./Fax: (12) 3648-8239 - E-mail: pinda@seesp.org.br. PIRACICABA: R. Benjamin Constant, 1.575 - CEP: 13400-056 - Tel./Fax: (19) 3433-7112 - E-mail: piracicaba@seesp.org.br. PRESIDENTE PRUDENTE: R. Joaquim Nabuco, 623 - 2º andar - sala 26 - CEP: 19010-071 - Tel./Fax: (18) 3222-7130 - E-mail: pprudente@seesp.org.br. RIO CLARO: Rua Dois, 2.727 - Vila Operária - CEP 13504-090 - Tel./Fax: (19) 3534-9921 - E-mail: rioclaro@seesp.org.br. SÃO CAETANO DO SUL: Estrada das Lágrimas, 1.708 - Tel.: (11) 2376-0429 - E-mail: saocaetano@seesp.org.br. SÃO CARLOS: R. Rui Barbosa, 1.400 - CEP: 13560-330 - Tel./Fax: (16) 3307-9012 - E-mail: scarlos@seesp.org.br. SÃO JOSÉ DOS CAMPOS: R. Paulo Setubal, 147 - sala 31 - CEP: 12245-460 - Tel.: (12) 3921-5964 - Fax: (12) 3941-8369 - E-mail: seespjsc@uol.com.br. SÃO JOSÉ DO RIO PRETO: Alameda das Orquídeas, 150 - CEP: 15061-150 - Tel./Fax: (17) 3232-6299 - E-mail: sjriopreto@seesp.org.br. SOROCABA: R. da Penha, 140 - CEP: 18010-000 - Tel./Fax: (15) 3231-0505 / 3211-5300 - E-mail: sorocaba@seesp.org.br. TAUBATÉ: Rua Venezuela, 271 - CEP: 12030-310 - Tels.: (12) 3633-5411 - 3631-4047 - Fax: (12) 3633-7371 - E-mail: taubate@seesp.org.br.



CET apresenta proposta específica à categoria



Karen Blanco

Reunida em assembleia no dia 10 de junho, na sede do SEESP, na Capital, categoria espera por avanços nas negociações.

Em assembleia no dia 10 de junho, os engenheiros da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) decidiram levar a negociação salarial para audiência de conciliação no Tribunal Regional do Trabalho (TRT), marcada para 18 do mesmo mês. Durante a assembleia, eles apresentaram sua indignação com a proposta enviada pela empresa, que não contém itens importantes da pauta de reivindicações, como a certificação, o piso salarial da categoria, o adicional de campo para os gestores que executam projetos em campo e a redução da contribuição dos empregados no vale-alimentação e no vale-refeição.

Em audiência de Instrução do Dissídio Coletivo de Greve, no dia 9 de junho, no TRT – 2ª Região, a proposta do Tribunal foi que as negociações do Acordo

Coletivo de Trabalho 2014 fossem retomadas no âmbito do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos Coletivos desse órgão. Paralelamente, o SEESP recebeu da companhia uma proposta em substituição à anterior, incluindo os itens pleiteados pelos engenheiros. Em princípio, a empresa ofereceu 6,82% de reajuste salarial, o que não foi aceito, prevalecendo a proposta apresentada anteriormente pela CET. A negociação no núcleo será mantida para questões ainda pendentes, com destaque à aplicação do piso profissional da categoria, definido pela Lei 4.950-A/66 em nove salários mínimos vigentes no País para jornada de oito horas diárias, e a destinação do valor correspondente a 3,5% da folha para certificação.

Sindicato e CPTM discutem piso salarial, PPR e PCCS

No dia 9 de junho, os engenheiros da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) participaram da rodada de negociação sobre o piso salarial dos engenheiros no Núcleo de Conciliação do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo. A próxima mesa está agendada para dia 30.

O SEESP já havia participado da negociação sobre o Programa de Participação nos Resultados, em 6 último, quando os sindicatos entregaram à companhia proposta conjunta sobre o programa. Já em relação ao Plano de Cargos, Carreiras e Salários, a empresa entregou sua proposta para análise. Esse assunto será tratado no dia 1º de julho, na companhia.

Engenheiros do Metrô encerram greve

Após o julgamento do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) – 2ª Região realizado em 8 de junho, os engenheiros do Metrô deliberaram por encerrar a paralisação deflagrada no dia 5. A greve foi julgada abusiva, e o reajuste foi determinado conforme a proposta da empresa, em 8,7%.

A decisão frustrou as expectativas da categoria, que pleiteava ganhos compatíveis com seu desempenho e importância para a empresa e a população de São Paulo. O valor reivindicado era 16,5%, considerando aumento de produtividade do Metrô, conforme cálculo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Com relação ao adicional de periculosidade a todos os que estão expostos, uma das principais reivindicações dos trabalhadores, foi homologado estudo técnico, especificando as atividades, cargos e áreas de risco.

O Plano de Cargos e Salários foi julgado e tido como prejudi-



Beatriz Arruda

Engenheiros do Metrô realizaram assembleias ao longo da Campanha Salarial 2014. No dia 20 de maio, rejeitaram proposta da empresa.

cado. As partes devem provocar o Núcleo de Conciliação do TRT para tratar do assunto. Entre outros itens, o julgamento também estabeleceu: piso da categoria de R\$ 6.154,00; pagamento da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) em parcela única no dia 28 de fevereiro de 2015, relativo a um salário-base acrescido de gratificação de função, quando aplicável, referente ao mês de dezembro de 2014, sendo que o resultado total final da aferição do cumprimento das metas fixadas no programa incidirá sobre

qualquer valor a ser pago para cada empregado; vale-refeição de R\$ 669,16, pago integralmente pela empresa; vale-alimentação de R\$ 290,00 mais cota extra no 13º salário; auxílio-creche para filhos de até seis anos, 11 meses e 29 dias de R\$ 579,19, estendido aos pais, exceto para cônjuge metroviário ou quando a esposa receber o benefício em outra companhia, podendo o empregado optar pelo benefício mais favorável, bem como para filhos com deficiência, sem limite de idade, no valor de R\$ 1.195,70.

CNTU se mobiliza pelo fortalecimento do Ministério do Trabalho

A Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU) enviou ao ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias, uma carta em que reforça sua preocupação com o fortalecimento e valorização da pasta. Entre as preocupações

apontadas no documento estão a vulnerabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) devido ao número de auditores aquém do mínimo necessário para fiscalizar empresas no País e o enfraquecimento decorrente da perda de algumas atribuições, como parti-

cipar mais decisivamente do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pro-natec), hoje a cargo do Ministério da Educação.

A perda de protagonismo levou a CNTU a realizar em 14 de abril último o seminário “Valorizar o Ministério do Trabalho e Emprego”, cujos resultados foram levados ao governo. Como apontou o presidente da entidade, Murilo Pinheiro, em ofício ao ministro, a atividade lotou o auditório do SEESP, em São Paulo. Além do secretário-adjunto de Relações do Trabalho do MTE, Carlos Artur Barboza – representando Manoel Dias –, reuniu cinco ex-ministros, lideranças sindicais e especialistas no mundo do trabalho.



Beatriz Arruda

Ex-ministros do Trabalho se reúnem em evento da CNTU para debater papel histórico do MTE e a importância do resgate de seu protagonismo.